

ÁREA TEMÁTICA: ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO DO TRABALHO: A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL SOB A ÓTICA DA ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

AUTORES

ANDRÉ TAUE SAITO

Universidade de São Paulo
andresaito@uol.com.br

JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVOIA

Universidade de São Paulo
jrsavoia@usp.br

LIÉGE MARIEL PETRONI

Universidade de São Paulo
petroni@usp.br

RESUMO

O trabalho discute a Educação Financeira no Brasil, segundo os princípios e as recomendações da OCDE. Inicia com a contextualização e a importância do assunto. Prossegue com as definições, os princípios e as recomendações da OCDE, e discorre sobre o seu estágio nos Estados Unidos, nos países do Reino Unido, e em outros países da OCDE e do Leste Europeu. Apresenta o caso brasileiro, realizando uma análise sob a ótica da OCDE, confrontada à realidade nacional. Por fim, constatou-se que o assunto está incipiente, devendo-se fomentar ações, no âmbito formal e informal, sendo importante o papel a ser desempenhado pelas escolas e Universidades, e pelas instituições financeiras.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira, Princípios e Recomendações da OCDE, e Brasil.

ABSTRACT

This paper deals with Financial Education in Brazil, and provides an evaluation according OECD's recommendations on principles and good practices for Financial Education. It provides a background concerning this subject, and there is a discussion about the level of Financial Education in Brazil. By comparison with United States, United Kingdom, some other OECD's member countries, and some Eastern Europe countries, it becomes clear that Financial Education in Brazil is incipient, and it's suggested some actions to improve Financial Education, emphasizing the role to be played by the schools, Universities, and financial sector.

KEY-WORDS: *Financial Education, OECD's recommendations on principles and good practices, and Brazil.*

1 Introdução

De acordo com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2004, p.223), o seguinte cenário explica a crescente relevância da Educação Financeira:

Educação Financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os mercados de capitais estão se tornando mais sofisticados, e novos produtos, cujos riscos e retornos não são de imediato discernimento, são oferecidos. Os consumidores possuem, atualmente, acesso a uma maior diversidade de instrumentos de crédito e de poupança, disponibilizados por uma grande variedade de canais, desde serviços *on-line* de bancos e de corretoras, até organismos que oferecem aconselhamento e suporte financeiro às famílias de baixa renda. Os indivíduos podem, hoje em dia, usar máquinas de auto-atendimento (ATM's) e computadores pessoais, para realizar muitas de suas transações financeiras. No atual momento, os investidores de ações têm diversas formas para acessar modernos mecanismos e ambientes de transação, alguns dos quais oferecem serviços mais ágeis ou com grande sigilo, assim como acesso a muitos tipos diferentes de investimentos.

Este mesmo panorama caracteriza o ambiente brasileiro, onde ocorreram grandes mudanças, a partir da década de 1990, como o processo de estabilização econômica, a inserção da economia brasileira no cenário mundial, e as mudanças no sistema previdenciário, que, em conjunto, vêm provocando alterações do comportamento dos investidores institucionais e, principalmente, dos indivíduos e de suas famílias, nas suas decisões de investimento e de captação. Ressalta-se que, a partir desta mesma década, a adoção de políticas de redução da participação do Estado na economia e a estabilidade da moeda provocaram mudanças no mercado financeiro nacional (ANDREZO & LIMA, 2002), resultando na sofisticação dos produtos financeiros, e incremento do fluxo de investimento estrangeiro, com o objetivo de diversificação de portfólios.

Segundo Andrezo e Lima (2002), a estabilização econômica favoreceu a diversificação dos fundos de investimento, porque possibilitou aos investidores se planejarem no longo prazo, ao invés de apenas adotar estratégias de proteção do poder aquisitivo dos recursos existentes, como era característico do período inflacionário. Para estes mesmos autores, este ambiente mais propício a investimentos de maior horizonte de tempo, associado à fase crítica, pela qual passa o sistema previdenciário social, criou um cenário favorável à expansão dos produtos de previdência complementar, sendo o PGBL (Plano de Gerador de Benefício Livre), o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) e o FAPI (Fundo de Aposentadoria Programada Individual), os mais conhecidos pela população. Paralelamente, destaca-se a criação de diferentes tipos de fundos de investimentos durante este mesmo período, como os referenciados em DI, os referenciados em índices de ações (como o PIBB), os imobiliários, e os de derivativos, por exemplo.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo sistema previdenciário social, a Associação Nacional da Previdência Privada (ANAPP), esclarece que vem ocorrendo devido à redução da taxa de natalidade e ao crescimento, concomitante, da expectativa de vida da população, provocando o envelhecimento da população (ANAPP, 2006b). De forma complementar, ilustra que, na década de 1960, havia 4 trabalhadores ativos para cada aposentado e, atualmente, essa relação é de 1,4 para 1 (ANAPP, 2006b). Como quem sustenta o funcionamento do sistema são os trabalhadores ativos, e esta situação descrita tende a se agravar, é estratégico que os indivíduos e as suas famílias formem a sua própria poupança previdenciária, adotando uma postura mais ativa na gestão de seu patrimônio.

De acordo com a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), com a criação dos níveis de Governança Corporativa e do Novo Mercado (maior transparência e proteção aos minoritários), a possibilidade de utilização dos recursos do FGTS na compra de ações, e a

difusão do *home-broker*, houve o crescimento do mercado acionário brasileiro, na medida em que estimulou a popularização do investimento em ações, e a atuação mais intensa de investidores institucionais internacionais, ávidos por diversificar seus portfólios (BOVESPA, 2006b). Apesar de não existirem estatísticas consolidadas sobre o assunto, a BOVESPA (2006b) afirma que cerca de 128 mil investidores participaram das ofertas públicas de ações, entre 2004 e 2005, sendo que destes, mais de 116 mil, foram pessoas físicas que aplicaram diretamente por meio das corretoras, ou através de clubes de investimento.

Em paralelo ao desenvolvimento dos produtos de investimento, o mercado financeiro brasileiro passou por uma representativa mudança no segmento de empréstimos e financiamento, em um momento em que as instituições financeiras estão explorando novos nichos de negócio, com o objetivo de obter novas fontes de resultado, diante da impossibilidade de se beneficiarem dos ganhos inflacionários, como ocorria anteriormente. Houve o advento do crédito consignado, que oferece uma alternativa menos onerosa ao cheque especial, e das iniciativas das instituições financeiras, públicas e privadas (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco e *Lemon Bank*) em atender a população não-bancarizada, com a criação do banco postal, dos correspondentes bancários e dos produtos de microcrédito, facilitando a contratação e o consumo de serviços financeiros, mas demandando da população um maior grau de conhecimento para avaliar sua capacidade de assumir novos compromissos. Para ilustrar o potencial de crescimento do crédito no Brasil, pode ser mencionado Candiota (2004, *apud* CORAD, 2004) que verificou a reduzida relação, em 2002, entre o estoque de crédito do Brasil e seu produto interno bruto (PIB), se comparado a países como a Coreia do Sul, o Chile e os do G7. Enquanto a do Brasil era de menos de 28%, os dos demais eram, respectivamente, de 100%, 70% e 125%. Ressalta ainda que, se o Brasil estivesse no nível da Coreia, teria um estoque de operações de crédito da ordem de R\$ 1,4 trilhão e não os R\$ 380 bilhões da época. Em consulta ao Banco Central do Brasil (2006b), observou-se que esta relação cresceu para 31,6% (base: março de 2006).

Portanto, como se pode constatar, a globalização, a inserção da economia brasileira no cenário mundial e a estabilização econômica ocasionaram profundas mudanças no mercado brasileiro, e o resultante desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e a sua complexidade demonstram que os indivíduos e suas famílias necessitam compreender, cada vez mais, os conceitos financeiros, para embasar as suas decisões de investimento e de financiamento, e maximizar o seu bem-estar econômico e social.

2 Objetivos e Metodologia

Diante dos desafios impostos pela nova realidade brasileira, o objetivo do trabalho é discutir a Educação Financeira no Brasil, segundo os princípios e as recomendações da OCDE, de forma a avaliar o estágio das ações referentes ao assunto dentro do contexto nacional, e sugerir ações para o seu fomento. Constitui-se na parte inicial de um projeto de pesquisa, o qual se desdobrará em futuros estudos nas instituições financeiras, e nas universidades e em seus programas de ensino, contribuindo com o desenvolvimento e consolidação da educação financeira no Brasil. Para alcançar aos objetivos almejados, é feito um levantamento bibliográfico e documental, evidenciando ser este um trabalho qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, de forma a oferecer sugestões preliminares de ações de encorajamento do processo de Educação Financeira no Brasil.

3 Educação Financeira e a OCDE

Preliminarmente, torna-se necessário discorrer sobre a OCDE, os conceitos envolvidos em Educação Financeira, além dos esforços da OCDE, por meio do denominado *Financial Education Project*.

A OCDE é um organismo criado em 1961, sucedendo a *Organisation for European Economic Co-operation* (OEEC), instituição fundada em 1948, para gerir a implementação do Plano Marshall de reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial (OCDE, 2006a; OCDE 2006c). É, atualmente, formada por 30 países, como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália, (OCDE, 2006e), preocupando-se com o aperfeiçoamento das práticas do setor público e privado, ao buscar o fortalecimento das instituições democráticas, da economia de mercado, e da economia globalizada, produzindo estudos, publicações e recomendações para os países (OCDE, 2006a).

Embora o Brasil não seja membro da OCDE, participa de comitês e grupos de trabalho, sob a coordenação do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores, 1999).

Percebendo a necessidade de haver o desenvolvimento da poupança previdenciária e do melhor entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, pelo menos dos princípios básicos, a OCDE criou o *Financial Education Project* para estudar a Educação Financeira e propor programas de Educação Financeira nos países membros e em alguns não membros (OCDE, 2004).

O *Financial Education Project* foi estabelecido em 2003 (SMITH, 2005), para estudar programas existentes nos membros da OCDE, e em alguns países não pertencentes a esta organização, com a finalidade de analisar a sua efetividade nos países estudados, desenvolver técnicas que permitam a comparação dos programas existentes entre os países, de modo a prover um conjunto de recomendações sobre as melhores práticas para a sua implantação e um relatório, que foi publicado em novembro de 2005, sob o título *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* (OCDE, 2004; OCDE, 2006d), com os resultados obtidos. Para exemplificá-los, pode ser destacado o fato dos países pesquisados estarem adotando políticas para instruir melhor a população quanto aos conceitos de crédito, de investimentos e de instrumentos de seguro, além de demonstrarem preocupação com a população jovem. No entanto, observou-se que há obstáculos para o êxito dos programas de Educação Financeira, em geral, em consequência do orçamento demandado para a sua implantação, e da reduzida compreensão da população sobre os benefícios oriundos da Educação Financeira (OCDE, 2004). Na segunda fase do *Financial Education Project*, está previsto um estudo, em profundidade, do assunto, objetivando-se obter *insights* importantes para os responsáveis pelas políticas públicas (OCDE, 2006b) e, segundo Smith (2005), os próximos passos da OCDE envolvem, inclusive, a elaboração de uma publicação para a inserção da Educação Financeira nas escolas.

3.1 Educação Financeira: definição, princípios e recomendações

De acordo com a OCDE (2005), a Educação Financeira pode ser definida como o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro. Desta forma, a Educação Financeira extrapola o simples oferecimento de informações financeiras e de conselhos, sendo que estas atividades devem ser regulamentadas, em específico, no que refere à proteção dos clientes (OCDE, 2005).

Holzmann e Miralles (2005) mencionam que os participantes no processo de Educação Financeira são as escolas, as empresas, o Governo, as instituições financeiras, e outros, como as organizações não-governamentais.

Mas, preliminarmente, ressalta-se que a OCDE (2005) recomenda a implementação dos programas de Educação Financeira, seguindo os princípios e recomendações para a boa prática da Educação Financeira, que estão dispostos em 26 itens, condensados e reagrupados em 10 tópicos, como demonstrado abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 – Princípios e Recomendações da OCDE (*)

Descrição
1. A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados <i>sites</i> específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas informações disponibilizadas, em específico, quando for relacionado aos compromissos de longo prazo, ou aos serviços financeiros cujas conseqüências financeiras são de grande magnitude.
9. Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

(*) Quadro elaborado pelos autores do presente trabalho, de forma condensada, com base na OCDE (2005).

4 Educação Financeira e a experiência Internacional

De acordo com Holzmann e Miralles (2005), o processo de Educação Financeira, aparentemente, está mais desenvolvido nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e em alguns países da América Latina, e da Europa Central e Oriental que reformularam o seu sistema previdenciário. Para a presente seção, optou-se por concentrar nos Estados Unidos e nos países do Reino Unido, que são detentores de maior desenvolvimento econômico dentre os citados.

4.1 Estados Unidos

Nos Estados Unidos, observa-se uma grande quantidade de *sites* e instituições que participam do processo de Educação Financeira, e, segundo Bernheim, Garrett e Maki (1997), neste país, 29 estados (de um total de 50 estados e 1 distrito), entre 1957 e 1985, tornaram a Educação Financeira obrigatória nas escolas secundárias, com o objetivo de preparar os jovens para a vida adulta.

Portanto, percebe-se a inclusão da Educação Financeira no sistema de ensino oficial nos Estados Unidos e, além disso, destaca-se o envolvimento das instituições financeiras, a ação do *Federal Reserve*, e de entidades sem fins-lucrativos. Os tópicos abaixo (Quadro 2) são baseados nas informações disponibilizadas pela OCDE (2006b), no artigo de Fox, Hoffmann e Welch (2004) e nas consultas realizadas nos *sites* das instituições.

Quadro 2 – Educação Financeira nos Estados Unidos (*)

1. Federal Reserve System Trata-se do Banco Central norte-americano, criado em dezembro de 1913, sendo composto por 7 membros provenientes do <i>Board of Governors</i> e por mais 12 de <i>Reserve Banks</i> das principais cidades. Cada um destes membros atua no processo de Educação Financeira, como é explicado a seguir. De acordo com Fox, Hoffmann e Welch (2004), o <i>Federal Reserve</i> (FED) vem atuando, de forma ativa, no levantamento de dados sobre a efetividade dos programas de Educação Financeira, os quais englobam atividades dirigidas aos trabalhadores, aos estudantes, e à população, de uma maneira geral.
--

<p>- <i>Board of Governors</i>: em seu <i>site</i>, podem ser obtidos conceitos referentes à economia, e aos serviços bancários, bem como <i>links</i> de outras entidades relacionadas com a Educação Financeira (<i>FEDERAL RESERVE EDUCATION</i>, 2006). Por meio de seus programas, o <i>Board of Governors</i> promove eventos, organiza publicações (acadêmicas), e distribui materiais de orientação aos indivíduos quanto aos seus direitos (FOX, HOFFMANN & WELCH, 2004);</p> <p>- <i>Federal Reserve Bank of Chicago</i>: em seu <i>site</i>, oferece recursos <i>on-line</i> para pesquisadores, educadores, e elaboradores de programas de Educação Financeira (<i>FEDERAL RESERVE BANK OF CHICAGO</i>, 2006). Fox, Hoffmann e Welch (2004) mencionam que promove eventos de Educação Financeira;</p> <p>- <i>Federal Reserve Bank of San Francisco</i>: em seu <i>site</i>, há o <i>Guide to Financial Literacy Resources</i>, que apresenta conceitos básicos de Educação Financeira, e dados úteis para os consumidores (<i>FEDERAL RESERVE BANK OF SAN FRANCISCO</i>, 2006). Dentre seu projetos, podem ser relacionados os <i>workshops</i> que realiza e a assistência disponibilizada aos pequenos negócios (FOX, HOFFMANN & WELCH, 2004);</p> <p>- <i>Federal Reserve Bank of Philadelphia</i>: disponibiliza em seu <i>site</i>, um conjunto de informações sobre os materiais disponíveis, e de instituições que atuam no processo de Educação Financeira (<i>FEDERAL RESERVE BANK OF PHILADELPHIA</i>, 2006).</p>
<p>2. National Endowment for Financial Education® (NEFE®) Trata-se de uma entidade sem fins-lucrativos estabelecida para auxiliar a população a adquirir informações e desenvolver competências para ter controle sobre suas finanças pessoais (NEFE, 2006).</p>
<p>3. Instituições financeiras Instituições financeiras como <i>Bank of America</i>, <i>Citibank</i> e <i>Chase</i> possuem programas de Educação Financeira, como podem ser consultados em seus respectivos <i>sites</i>, que possuem uma área específica para o tema (<i>BANK OF AMERICA</i>, 2006; <i>CHASE</i>, 2006; <i>CITIGROUP</i>, 2006).</p>

(*) Quadro elaborado pelos autores do presente trabalho.

4.2 Reino Unido

Em relação ao Reino Unido, o conteúdo abaixo (Quadro 3) é embasado no trabalho de England e Chatterjee (2005). Dentre as instituições participantes do processo mencionadas por England e Chatterjee (2005), podem ser ressaltados o *UK Government education departments*, o *Financial Services Authority* (FSA), o *Basic Skills Agency* (BSA), o *Department for Work and Pensions* (DWP), o Tesouro Nacional, as instituições financeiras, os grupos comunitários, e as escolas.

Quadro 3 – Educação Financeira no Reino Unido (*)

<p>1. UK Government education departments Nos países que formam o Reino Unido (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte), a Educação Financeira não é obrigatória no currículo escolar, e não há nenhuma exigência legal para se lecioná-la nas escolas. De uma forma geral, cada país desenvolve o seu currículo, sendo que, na Inglaterra, há iniciativas no sentido de difundir os conceitos de Educação Financeira por meio de disciplinas como a matemática, a educação moral e cívica (<i>citizenship</i>), e outras atividades curriculares (ENGLAND & CHATTERJEE, 2005), demonstrando não possuir status de uma disciplina regular. De acordo com o <i>Financial Services Authority</i> (FSA), a Educação Financeira foi introduzida, de forma facultativa, no sistema de ensino da Inglaterra, a partir de setembro de 2001 (FSA, 2002).</p>
<p>2. Financial Services Authority (FSA) É uma organização não-governamental, e atua na proteção dos consumidores, no combate aos crimes financeiros, e na divulgação dos conceitos ligados ao funcionamento do sistema financeiro. Está empreendendo esforços para promover a expansão da Educação Financeira, desenvolvendo projetos envolvendo escolas, jovens, aposentadoria, empréstimos e recomendações financeiras (ENGLAND & CHATTERJEE, 2005; FSA, 2006).</p>
<p>3. Basic Skills Agency (BSA) Fundado em 2000 e ligado ao Governo, o BSA foca suas atenções no fomento de programas direcionados à melhoria de técnicas e de ensino e de aprendizagem de adultos (ENGLAND & CHATTERJEE, 2005; BSA, 2006).</p>
<p>4. Department for Work and Pensions (DWP) O DWP concentra seus esforços no desenvolvimento de políticas de educação financeira para sistema de ensino oficial e para os indivíduos que não estão inseridos neste contexto, procurando tornar a população apta a interpretar informações e recomendações de natureza financeira (ENGLAND & CHATTERJEE, 2005).</p>
<p>5. Instituições financeiras e outras associações Empresas do setor financeiro, como <i>Royal Bank of Scotland</i> (RBS), <i>NatWest</i>, <i>Barclays</i> e <i>Lloyds TSB</i>, e entidades comunitárias como o <i>SAFE</i> (<i>Services Against Financial Exclusion</i>) e o <i>Pre-Retirement Association</i> atuam no fortalecimento da Educação Financeira, no Reino Unido (ENGLAND & CHATTERJEE, 2005).</p>

(*) Quadro elaborado pelos autores do presente trabalho.

4.3 Comentários sobre demais países da OCDE e outros não-membros

Holzmann e Miralles (2005) mencionam sobre o estágio da Educação Financeira em alguns países da OCDE (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia) e em outros não-membros (Bulgária, Lituânia, Macedônia e Ucrânia). Observou-se, em linhas gerais, uma situação pouco desenvolvida, havendo a participação predominante da mídia, e dificuldades dos indivíduos e das instituições de se inserirem no contexto de Educação Financeira.

5 Educação Financeira e o Brasil

Para o Brasil, não foram encontrados trabalhos que consolidam as informações sobre o processo de Educação Financeira. Por isso, foi realizado um levantamento (Quadro 4) nos órgãos governamentais e afins, instituições financeiras, associações, BACEN, BOVESPA, entre outros. Por meio deste levantamento, não se pretende esgotar o assunto, mas ilustrar como está a sua evolução no país.

Quadro 4 – Educação Financeira no Brasil (*)

<p>1. Ministério da Educação (MEC) Embora não haja a obrigatoriedade da Educação Financeira no sistema de ensino, o Ministério da Educação (MEC) elenca um conjunto de parâmetros e de orientações, focados na contextualização do ensino, de forma que os alunos sejam submetidos a um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de competências para sua inserção na vida adulta, mediante a multi-disciplinaridade, e o incentivo do raciocínio e da capacidade de aprender. Dentre estas recomendações e parâmetros, podem ser destacados os aspectos relacionados ao ensino de Matemática que deveria oferecer, segundo o MEC (2000a; 2000b):</p> <ul style="list-style-type: none">- Capacidade de leitura e interpretação de textos com informações, apresentadas em linguagem matemática, de artigos com conteúdo econômico;- Habilidade de analisar e julgar os cálculos envolvidos nos juros das vendas a prazo, e nas probabilidades de sorteios ou de loterias;- Compreensão de que a Matemática se relaciona com demais campos de conhecimento, como a Economia, além de utilizá-la para promover ações de defesa de seus direitos como consumidor. <p>Estas orientações acima são conseqüências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.384/96), mas não demonstram explicitamente a preocupação do MEC com a inserção da Educação Financeira no ensino.</p>
<p>2. Programa Nacional de Educação Fiscal O MEC, o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, e as Secretarias da Fazenda e de Educação dos Estados vêm implementando o Programa Nacional de Educação Fiscal, com o objetivo de tornar os indivíduos (educadores, alunos, universitários e população em geral) munidos de melhor conhecimento fiscal. Por meio da Escola de Administração Fazendária (ESAF) são oferecidos cursos <i>on-line</i> e materiais sobre o assunto (ESAF, 2006).</p>
<p>3. Universidades Não se observa a participação das universidades no atual momento e não foram encontradas informações a respeito, no MEC (2006).</p>
<p>4. Banco Central do Brasil (BACEN) O BACEN possui o Programa de Educação Financeira (PEF) responsável por ações que visam orientar a sociedade sobre assuntos econômico-financeiros, contribuindo para que haja um melhor entendimento dos aspectos que influenciam suas finanças, e da responsabilidade individual no planejamento financeiro. Preocupa-se em desenvolver a compreensão sobre o funcionamento da economia, e o papel de seus agentes e instrumentos. Exemplos de ações implementadas (BACEN, 2006a):</p> <ul style="list-style-type: none">- Projeto Museu-Escola: envolve visitas monitoradas de escolas ao museu do BACEN;- Projeto O Museu Vai à Escola: extensão do Projeto Museu-Escola, levando as palestras e exposições às escolas do Distrito Federal e das regiões próximas;- Projeto BC e Universidade: composto por palestras mensais, ministradas por servidores do BACEN e dirigidas aos estudantes universitários, esclarecendo sua atuação e suas funções.
<p>5. Comissões de Valores Mobiliários (CVM) Oferece palestras e cartilhas gratuitas de educação ao investidor, além de esclarecer dúvidas aos indivíduos quanto a investimentos (CVM, 2006).</p>
<p>6. Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) Possui o Programa Educacional BOVESPA, criado em 1989, para atender aos interessados que desejam conhecer a BOVESPA e o mercado de ações. Suas ações buscam, além de mostrar a importância das Bolsas de Valores para a economia do país, transmitir conceitos básicos de economia, hábitos de poupança, formas de investimento e como as empresas podem financiar seus projetos de crescimento por meio do mercado de capitais. Promove visitas monitoradas à Bolsa, a realização de palestras e orientações externas para a população (Projeto Educar e BOVESPA Vai Até Você), a realização de concursos estudantis, o apoio a concursos simulação de investimentos (Folhainvest em parceria do jornal Folha de São Paulo), e as parcerias com instituições de ensino, com distribuição de materiais (BOVESPA, 2006a).</p>
<p>7. Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) Oferece dicas uso de produtos financeiros, como cartão, caixa automático, segurança, relacionamento com bancos (FEBRABAN, 2006).</p>
<p>8. SERASA Disponibiliza, em seu <i>site</i>, o Guia SERASA de Orientação ao Cidadão que auxilia na gestão dos recursos financeiros (SERASA, 2006).</p>
<p>9. Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) Propaga conceitos sobre investimento pessoal, estimulando a formação do investidor no Brasil, além de incentivar a produção de estudos acadêmicos a fim de aprimorar o mercado de capitais brasileiro. Possui um portal (www.comoinvestir.com.br) que oferece informações educativas sobre as alternativas de investimentos, como fundos, ações, debêntures, CDB e títulos públicos, e disponibiliza serviços de <i>e-learning</i>. Promove cursos e cabe destacar o fato de atuar na certificação de profissionais que têm contato direto ou indireto com os clientes, na comercialização de produtos de investimento (ANBID, 2006).</p>
<p>10. Demais Associações Podem ser citadas: a Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) que oferece recomendações por meio do Manual do Portador de Cartão, e dados sobre o mercado de cartões no Brasil (ABECS, 2006); e a Associação Nacional da Previdência Privada (ANAPP) que disponibiliza informações relativas aos produtos de previdência e curso pagos (ANAPP, 2006a).</p>
<p>11. Instituições financeiras Foi identificado como exemplo, o Banco Itaú que disponibiliza o Guia do Crédito Consciente, que oferece suporte para os indivíduos efetuarem o uso salutar dos empréstimos e financiamento, além disponibilizar conceitos para a elaboração de um orçamento familiar (BANCO ITAÚ, 2006). Nas demais instituições financeiras, programas de Educação Financeira não foram observados em canais distintos da comercialização <i>on-line</i> de produtos</p>
<p>12. Divulgação</p>

O papel exercido pela mídia (jornais, revistas, televisão, rádio e internet) é importante no caso brasileiro, por se tratar de um meio menos oneroso para se obter informações. Eventos, inclusive, são realizados, e destaca-se o *Expomoney* que oferece gratuitamente palestras em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, explorando assuntos ligados ao planejamento financeiro, previdência, fundos de investimento, ações, economia doméstica, princípios da análise gráfica, entre outros (*EXPOMONEY*, 2006).

(*) Quadro elaborado pelos autores do presente trabalho.

6 Análise da Educação Financeira no Brasil

No Brasil, o longo período de inflação levou a uma preocupação maior com a preservação do poder aquisitivo do patrimônio, do que com o planejamento econômico-financeiro de longo prazo. Contudo, com o processo de estabilização e de abertura econômica, o mercado financeiro nacional e seus instrumentos se modernizaram, e houve o incremento da complexidade dos produtos oferecidos, de modo que os indivíduos e as suas famílias passaram a demandar conhecimento e informação atualizada, para tomarem as suas decisões financeiras com maior fundamentação e segurança.

Se esta situação é nova para os indivíduos e as suas famílias, também é para os demais grupos envolvidos no processo de Educação Financeira, como o Governo, seus órgãos e afins, as instituições financeiras, o sistema de ensino, as associações e as entidades de classe, por exemplo.

Observa-se que a Educação Financeira no Brasil está em uma fase mais incipiente que nos Estados Unidos e nos países do Reino Unido. No primeiro, há estados que a adotam obrigatoriamente na grade de ensino, e há diversas organizações atuando no seu desenvolvimento. No Reino Unido, embora não seja obrigatória, há um forte envolvimento dos atores do processo, inclusive com a criação de um fundo, com o intuito de estimular a cultura de poupança. No Brasil, a Educação Financeira não foi agregada, de maneira oficial e explícita, nas grades curriculares, e nas Universidades não se constata uma ação efetiva e duradoura. Fica evidente a preocupação do MEC em relação ao desenvolvimento de competências dos indivíduos, quanto a alguns aspectos da formação econômico-financeira, por meio da denominada contextualização, mas não se observa uma menção clara e objetiva sobre o tema Educação Financeira.

Em relação às instituições financeiras, estas não reservam, de um modo geral, em seus *sites*, um espaço exclusivo às informações que orientem financeiramente os indivíduos, de forma isenta. Suas orientações estão mencionadas diretamente na área destinada à comercialização *on-line*, ou na parte direcionada à divulgação dos produtos, e estão sujeitas a um maior nível de viés, demonstrando claramente que as instituições financeiras não possuem um programa explícito e completo de Educação Financeira. Porém, um destaque positivo cabe ao Banco Itaú que tem, em seu *site*, uma área exclusiva ao projeto de Uso Consciente do Crédito, por meio do qual transmite, de uma maneira mais isenta, o seu programa de Educação Financeira. Percebe-se, portanto, que a Educação Financeira é embrionária no Brasil, não havendo uma menção clara, por parte do MEC, de sua inclusão na grade curricular, caracterizando-se, ainda, pela pouca coesão e reduzida atuação marcante dos responsáveis pela sua difusão.

Existe, no entanto, uma participação mais organizada, porém isolada, por parte do BACEN, BOVESPA, ANBID e CVM. Do MEC, Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, e Secretarias da Fazenda e de Educação dos Estados, se observa uma ênfase, somente, nos programas de Educação Financeira na área fiscal. E, por fim, das instituições financeiras (caso Itaú), verifica-se o foco no crédito.

De qualquer forma, nota-se que os programas existentes de Educação Financeira ainda não priorizam a formação de uma cultura de poupança, de uma maneira organizada e estruturada. Esta situação é conseqüência da reduzida capacidade de poupança da população, e da importância dada pelo Estado pela situação fiscal dos indivíduos. Por isso, embora os programas estejam adequados ao contexto nacional, como defende da OCDE (2005), é necessário que se procure desenvolver na população a cultura de poupança, pouco abordada nos programas de Educação Financeira existentes.

No que se refere ao aspecto da complementaridade do papel da Educação Financeira à atuação dos órgãos reguladores e, principalmente, dos de defesa dos direitos do consumidor, não se pode afirmar que isto ocorre no Brasil, pois, além desta forma de educação estar em fase inicial, há ainda questionamentos sobre em qual esfera deve haver proteção dos clientes bancários (PROCON ou BACEN).

Sobre a preocupação da OCDE para que os clientes realmente leiam todas as informações necessárias, ao optarem por compromissos financeiros de longo prazo ou que representem grande parte de sua renda, é importante ressaltar que os consumidores já deveriam ter um conhecimento prévio satisfatório, buscando na instituição financeira apenas informações específicas do produto ofertado. Como isto não é um fato a ser generalizado, o papel desempenhado pelos gerentes de relacionamento dos bancos ganha relevância, mas este está sujeito a vieses, apesar de haver o processo de certificação da ANBID, o qual procura qualificar melhor, técnica e eticamente, este profissional.

O papel da mídia é importante para a propagação da Educação Financeira, pois se trata de uma forma menos onerosa para os indivíduos buscarem ampliar o seu conhecimento, como ocorreu no esclarecimento das mudanças tributárias no regime de previdência complementar. Prevenções contra fraudes vêm sendo divulgadas pela mídia, em noticiários, artigos de jornais e revistas, mas estas podem ter efeito inócuo, diante do analfabetismo funcional da maior parte da população, quanto à utilização correta e segura da tecnologia da informação.

Deste modo, observa-se que os princípios e recomendações feitas pela OCDE (2005), nas quais há a preocupação para que os programas de Educação Financeira sejam transparentes e isentos de influências comerciais, formem indivíduos competentes na análise e interpretação dos dados financeiros, e permitam o incremento de bem-estar social e econômico, ainda merecem maior atenção por parte das autoridades governamentais, das instituições financeiras, das associações de classe, entre outros, ou seja, do setor governamental, privado e do terceiro setor, no sentido de promoverem o fortalecimento da Educação Financeira, tanto no aspecto formal e informal. Quando se menciona o termo formal, entende-se por ações de natureza oficial por parte do Estado e, em relação ao informal, destaca-se a atuação do setor privado e do terceiro setor na promoção da Educação Financeira da população. Assim, ações coesas e marcantes devem ser realizadas para estimular a inteligência financeira da população, mas norteados por uma postura caracterizada pela concordância com os valores morais, pela responsabilidade social, pela transparência das informações nas relações existentes entre os elementos do processo, e pelo respeito à cidadania dos indivíduos.

Diante do que foi exposto nesta seção, e com base nas informações levantadas preliminarmente e nos resultados, ainda não mencionados, do estudo de Holzmann e Miralles (2005) sobre os demais países da OCDE e Leste Europeu, apresenta-se a seguir (Quadro 5) uma análise comparativa entre o estágio da Educação Financeira nos Estados Unidos, nos países do Reino Unido, nos demais países da OCDE (República Tcheca, Hungria, Polônia Eslováquia), em outros países não membros (Bulgária, Lituânia, Macedônia e Ucrânia), e no Brasil, de modo a permitir a recomendação de ações preliminares pelos autores do presente trabalho, para encorajar o desenvolvimento do tema no contexto nacional.

Quadro 5 – Princípios e Recomendações da OCDE (*) (): comparativo e ações sugeridas para o contexto**

Princípios e Recomendações (*)	Demais países da OCDE (***) e outros (****)	Reino Unido	Estados Unidos	Brasil	Ações sugeridas para o contexto brasileiro
1	Com base nas informações disponíveis, não se pode afirmar ou refutar, se isso ocorre de forma explícita.	Nas instituições pesquisadas, mesmo nas financeiras, se observa o fato de destinarem espaços exclusivos, em seus <i>sites</i> , para as orientações aos clientes, não havendo direcionamento ao consumo específico de um produto ou serviço.		Embora, órgãos governamentais e afins, bem como as associações de classe atuem de forma mais isenta, percebe-se não haver separação entre os interesses particulares com a natureza das orientações, nas orientações financeiras. Uma exceção é o programa de Guia de Crédito Consciente do Itaú.	Promoção de uma ação de fiscalização dos programas de Educação Financeira, por parte do MEC (no âmbito formal ou oficial) e do BACEN ou PROCON (ambos no âmbito informal, mas é preciso definir qual destas instituições será a responsável).
2	Percebe-se que há ênfase diferenciada em cada país. Em relação à aposentadoria, na Hungria, nota-se um nível de conhecimento financeiro aquém, por parte dos participantes dos fundos de pensão.	Nas informações disponíveis, percebe-se esta preocupação.		Nas informações disponíveis, percebe-se esta preocupação. Porém, no caso brasileiro, há ainda pouca ênfase na cultura de poupança.	A cultura de poupança previdenciária na população e os conceitos relacionados a crédito e economia devem ser estimulados urgentemente, nas escolas e nas Universidades.
3	Os governos, de uma forma geral estão percebendo a importância, cada vez mais expressiva, da Educação Financeira da população, até mesmo como influência para o desenvolvimento econômico e social do país.				Para que isso seja efetivo no caso brasileiro, a ação de setores organizados, inclusive das Universidades e da mídia, poderá exercer um papel de grande influência.
4.	Percebe-se preocupação, mas pouca efetividade.	O desenvolvimento deste assunto está maior nos Estados Unidos e no Reino Unido			O processo de inserção da Educação Financeira nos programas de ensino formará, no longo prazo, um grupo de consumidores exigentes, quanto à correção e transparência nas relações com as instituições financeiras. No curto prazo, a fiscalização do BACEN ou PROCON (a definir) de forma ativa, deve ser concretizada.
5		Processo recente precisa de maior envolvimento e continuidade.			Estimular, com urgência, na esfera formal, no âmbito das escolas e Universidades. No âmbito informal, promover coordenação de esforços e monitoramento da qualidade dos programas, inclusive, quanto ao quesito de responsabilidade social e de respeito à cidadania dos indivíduos.
6		Há informações disponíveis e materiais <i>on line</i> .			Estimular por meio de campanhas oficiais a conscientização dos indivíduos do direito que possuem para demandar por maiores informações das instituições financeiras.

Quadro 5 – Princípios e Recomendações da OCDE (*) (): comparativo e ações sugeridas para o contexto (continuação)**

Princípios e Recomendações (*)	Demais países da OCDE (***) e outros (****)	Reino Unido	Estados Unidos	Brasil	Ações sugeridas para o contexto brasileiro
7	Na Polônia, é obrigatório no colegial (<i>high school</i>).	No Reino Unido, é facultativo. Na Inglaterra, as escolas estão incluindo nos programas de Matemática e em outras disciplinas extracurriculares.	No Estados Unidos, é obrigatória no sistema de ensino de 29 estados da federação. Nas universidades, ocorrem palestras, seminários, etc.	Não é obrigatória. O MEC apenas menciona a necessidade de contextualização do ensino da matemática à realidade dos indivíduos. Na Universidade, não se observa um envolvimento dos programas de ensino e não há participação desta na difusão da Educação Financeira para os demais <i>stakeholders</i> .	Inclusão da Educação Financeira, no sistema de ensino oficial. Nas Universidades, a Educação Financeira pode ser incluída nos programas de ensino para que a academia desenvolva este tipo de conhecimento. Em seguida, é recomendável o envolvimento do corpo docente e discente na elaboração de programas que visem divulgar o conhecimento acumulado para os demais <i>stakeholders</i> por meio de ciclo de palestras, disponibilização de cursos básicos e gratuitos de capacitação, etc.
8	Com base nas informações disponíveis, não se pode afirmar ou refutar, se isso ocorre de fato.			Embora a ANBID procure disseminar a cultura de transparência e de respeito aos valores morais neste tipo de relacionamento, o fato de haver pouca fiscalização e a dificuldade de se definir o fórum de discussão sobre onde deve ser discutido os direitos dos clientes bancários (PROCON ou BACEN) torna propício a divulgação de informações com vieses.	Definir de fato, o fórum de discussão dos direitos dos clientes bancários e estimular a eficiência dos processos de reclamação emitidos pelos clientes. Realização de fiscalização por meio de agentes.
9	Idem do item 2				
10	Nas informações disponíveis, percebe-se esta preocupação.			No Brasil, a BOVESPA e a ANBID, segmentam o conteúdo para o público que necessita do conhecimento.	É preciso estimular a propagação desses programas e haver maior integração de esforços.

(*) modificados, pois foram condensados e reagrupados pelos autores do presente trabalho. Vide Quadro 1; (**) Quadro elaborado com informações mencionadas anteriormente no trabalho e com base no estudo de Holzmann e Miralles (2005); (***) membros da OCDE mencionados: República Tcheca, Hungria, Polônia, e Eslováquia; e (****) outros países não membros: Bulgária, Lituânia, Macedônia e Ucrânia.

7 Considerações finais

O objetivo do trabalho foi discutir a Educação Financeira no Brasil, segundo os princípios e as recomendações da OCDE, de forma a avaliar o estágio das ações referentes ao assunto dentro do contexto nacional, e sugerir ações para o seu fomento. Constitui-se na parte inicial de um projeto de pesquisa, o qual se desdobrará em futuros estudos nas instituições financeiras, e nas universidades (e seus programas de ensino), e que contribuirá para o desenvolvimento de políticas públicas e privadas, direcionadas ao aperfeiçoamento da inteligência financeira da população, e à difusão de uma cultura de valorização da formação da poupança previdenciária. Não se pretendeu esgotar o assunto, mas encorajar o seu desenvolvimento por parte das autoridades competentes.

Dentro deste contexto, o artigo iniciou com a contextualização e a importância do assunto. Prosseguiu com as definições, os princípios e as recomendações da OCDE. Discorreu, de forma breve, como o assunto está sendo tratado nos Estados Unidos, nos países do Reino Unido, nos demais países da OCDE e alguns do Leste Europeu. Em seguida, apresentou como a Educação Financeira está sendo conduzida no Brasil.

Com as informações obtidas do levantamento realizado e os dados do estudo de Holzmann e Miralles (2005) sobre outros países da OCDE e do Leste Europeu, foi elaborada uma análise comparativa sobre o caso brasileiro, diante da realidade atual, e dos princípios e recomendações da OCDE, de modo a oferecer condições para sugestões preliminares de ação para o fomento da Educação Financeira no Brasil, focadas em orientações para que haja maior integração dos programas existentes no âmbito informal, estímulo urgente da Educação Financeira no âmbito formal, e definição dos órgãos responsáveis pela coordenação e monitoramento de sua qualidade.

Constatou-se que os princípios e recomendações feitas pela OCDE (2005), nas quais há a preocupação para que os programas de Educação Financeira sejam transparentes e isentos de influências comerciais, formem indivíduos competentes na análise e interpretação dos dados financeiros, e permitam o incremento de bem-estar social e econômico, ainda merecem maior atenção por parte das autoridades governamentais e das instituições financeiras. Há uma fraca participação das instituições financeiras e não há a inclusão da Educação Financeira na grade curricular, como ocorre nos Estados Unidos. No Brasil, o MEC menciona a contextualização do ensino, não explicitando a inserção da Educação Financeira no ensino regulamentar, e isto se configura em um empecilho para aceleração deste processo que deve ser feito segundo a OCDE. Além disso, não existe uma atuação efetiva e organizada no âmbito das Universidades.

A Educação Financeira encontra dificuldades até mesmo nos Estados Unidos e, de acordo com a OCDE (2004), em um levantamento feito, cerca de 55% dos adultos pesquisados e 66% dos estudantes do colegial (*high school*) não entendem conceitos básicos de economia, como taxa de juros e inflação. Embora não haja estudos e pesquisas para o Brasil, é factível crer que os números a serem obtidos aqui demonstrem uma situação preocupante, demandando urgência na inserção da Educação Financeira em todas as esferas, ainda mais, em um país com desequilibrada distribuição de renda, onde representativa parte dos recursos produtivos é direcionada ao Estado, tornando imprescindível a excelência na gestão de recursos escassos por parte dos indivíduos e de suas famílias, inclusive, pelo fato das mudanças recentes na previdência social no Brasil ressaltarem a importância do esforço individual para a formação de renda para aposentadoria (SAVÓIA, 2005). Ainda que se tenham ações individuais dos integrantes envolvidos no processo de Educação Financeira, pouca atenção tem sido dada a difusão da cultura de formação de poupança. Segundo a OCDE (2005), em 2004, os Estados Unidos possuíam uma reserva em fundos de pensão da ordem de 89% do PIB, enquanto o Brasil apenas 12% de seu PIB e o Chile cerca de 65%, demonstrando que há ainda um

longo caminho a ser percorrido no contexto nacional. Para finalizar, além de ser necessária uma coordenação maior de esforços e monitoramento das iniciativas do setor privado quanto ao aspecto moral, de responsabilidade social, e de preocupação com a cidadania dos indivíduos, o papel a ser desempenhado no âmbito formal será de extrema importância para a propagação, fortalecimento e consolidação duradoura da Educação Financeira, sendo a participação das escolas e das Universidades de grande relevância para o seu êxito.

Bibliografia

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. S. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E SERVIÇOS – ABECS. ABECS, 2006. Disponível em: < <http://www.abecs.org.br/> > Acesso em: maio 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA PRIVADA – ANAPP. ANAPP, 2006a Disponível em: < <http://www.anapp.com.br> > Acesso em: maio 2006.

_____. **A que se deve a crise atual do sistema de previdência?**.ANAPP, 2006b. Disponível em: < <http://www.anapp.com.br/Site/678/524.aspx> > Acesso em: maio 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO – ANBID. Possui um portal que orienta os investidores. ANBID, 2006. Disponível em: < <http://www.comoinvestir.com.br> > Acesso em: maio 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Programa de Educação Financeira**. Apresenta o programa de educação financeira desta instituição. BACEN, 2006a. Disponível em: < <http://www.bacen.gov.br/?PEF-BC> > Acesso em: maio 2006.

_____. **Sistema gerenciador de séries temporais**. BACEN, 2006b. Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTel aLocalizarSeries> > Acesso em: maio 2006.

BANCO ITAÚ. Disponibiliza link para o programa de crédito consciente. ITAÚ, 2006. Disponível em: < <http://www.itaub.com.br/indexIE.htm> > Acesso em: maio 2006.

BANK OF AMERICA – BOFA. **Financial education and tools**. Apresenta informações e materiais sobre educação financeira. BOFA, 2006. Disponível em: < <http://www.bankofamerica.com/financialtools/> > Acesso em: maio 2006.

BASIC SKILLS AGENCY – BSA. **About us**. Apresenta informações sobre esta instituição. BSA, 2006. Disponível em: < <http://www.money-bsa.org.uk/site/page.php?cms=8&p=2> > Acesso em: maio 2006.

BERNHEIM, B. D.; GARRETT, D. M.; MAKI, D. M. Education and saving: the long term effects of high school financial curriculum mandates. **National Bureau of Economic Research**, n. 6085, julho 1997. Disponível em: < <http://www.nber.org/papers/W6085> > Acesso em: maio 2006

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO – BOVESPA. **Programa educacional Bovespa**. BOVESPA, 2006a. Disponível em: < <http://www.bovespa.com.br>> Acesso em: maio 2006.

_____. **Revista Bovespa**. Janeiro-março de 2006b. Disponível em: < <http://www.bovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/97/Capa.shtml> > Acesso em: maio 2006.

CHASE. **Financial education library**. Apresenta informações e materiais sobre educação financeira. CHASE, 2006. Disponível em: < http://www.chase.com/cm/cs?pagename=Chase/Href&urlname=shared/crb/page/financial_education_main.jsp > Acesso em: maio 2006.

CITIGROUP. **Citigroup financial education program**. Apresenta informações e materiais sobre educação financeira. CITIGROUP, 2006. Disponível em: < <http://www.citigroup.com/citigroup/financialeducation/> > Acesso em: maio 2006.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Dispõe de informações sobre seus objetivos. CVM, 2006. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/> > Acesso em: maio de 2006.

CORAD, C. D. A difícil situação do crédito. **Gazeta Mercantil**, 29 jan. 2004. Disponível em: < <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=102922> > Acesso em: maio 2006.

ENGLAND, J.; CHATTERJEE, P. **Financial education: a review of existing provision in the UK**. UK: Department for Work and Pensions, 2005. Disponível em: < <http://www.dwp.gov.uk/asd/asd5/rports2005-2006/rrep275.pdf> > Acesso em: maio 2006.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF. Apresenta informação sobre o programa de educação fiscal. ESAF, 2006. Disponível em: < <http://www.esaf.fazenda.gov.br/parcerias/educacao-fiscal2/home-educacao-fiscal.html> > Acesso em: maio 2006.

EXPOMONEY. Apresenta informações sobre o evento. EXPOMONEY, 2006. Disponível em: < <http://www.expomoney.com.br/> > Acesso em: maio 2006.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. Apresenta informações sobre suas atividades. FEBRABAN, 2006. Disponível em: < <http://www.febraban.org.br/> > Acesso em: maio 2006.

FEDERAL RESERVE BANK OF CHICAGO. Apresenta informações sobre o programa de educação financeira. FEDERAL RESERVE BANK OF CHICAGO, 2006. Disponível em: < http://www.chicagofed.org/cedric/financial_education_research_center.cfm > Acesso em: MAIO 2006.

FEDERAL RESERVE BANK OF PHILADELPHIA. Disponibiliza materiais de Educação Financeira. FEDERAL RESERVE BANK OF PHILADELPHIA, 2006. Disponível em: <<http://www.phil.frb.org/consumers>> Acesso em: maio 2006.

FEDERAL RESERVE BANK OF SAN FRANCISCO. Disponibiliza o *Guide to Financial Literacy Resources*. FEDERAL RESERVE BANK OF SAN FRANCISCO, 2006. Disponível em: < <http://www.frbsf.org/community/webresources/bankersguide.pdf> > Acesso em: maio 2006.

FEDERAL RESERVE EDUCATION. Apresenta informações sobre o programa de Educação Financeira. FEDERAL RESERVE EDUCATION, 2006. Disponível em: < <http://www.federalreserveeducation.org/fined/index.cfm> > Acesso em: maio 2006.

FINANCIAL SERVICES AUTHORITY – FSA. **Personal finance teaching in schools: implications for consumers education of research carried out by National Centre for Social Research**. Jan 2002.

_____. **Statutory objectives**. FSA, 2006. Disponível em: < <http://www.fsa.gov.uk/pages/About/Aims/Statutory/index.shtml>> Acesso em: maio 2006.

FOX, L.; HOFFMANN, J.; WELCH, C. Federal Reserve Personal Financial Education Initiatives. **Federal Reserve Bulletin**, autumn, 2004. Disponível em: < http://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2004/autumn04_fined.pdf > Acesso em: maio 2006

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. **The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe**

and beyond. The World Bank, oct. 2005. Disponível em: < http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?205715 > Acesso em: maio 2006.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ensino médio. 2000a.

____. **PCN Ensino Médio:** orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. 2000b.

____. Apresenta informações sobre o sistema de ensino. MEC, 2006 Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> > Acesso em: maio 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. OCDE: **Reunião Anual do Conselho de Ministros e Diálogo Especial com Países Não Membros Convidados.** MRE, n. 231, maio 1999. Disponível em: < http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/organismos/ocde/ocde_01.asp > Acesso em: 01 maio 2006.

NATIONAL ENDOWMENT FOR FINANCIAL EDUCATION – NEFE. Disponibiliza informações sobre Educação Financeira. NEFE, 2006. Disponível em: < <http://www.nefe.org/pages/contents.html> > Acesso: em maio 2006.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. Assessoria de Comunicação Social. **OECD's Financial Education Project.** OCDE, 2004. Disponível em: < <http://www.oecd.org/> > Acesso em: março 2006.

____. **Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness.** Jul. 2005. Disponível em: < <http://www.oecd.org/> > Acesso em: março 2006.

____. **About OECD.** OCDE, 2006a. Disponível em: < http://www.oecd.org/about/0,2337,en_2649_201185_1_1_1_1_1,00.html > Acesso em: maio 2006.

____. **Financial education about.** OCDE, 2006b. Disponível em: < http://www.oecd.org/about/0,2337,en_2649_15251491_1_1_1_1_1,00.html > Acesso em: maio 2006.

____. **History of the OECD.** OCDE, 2006c. Disponível em: < http://www.oecd.org/document/63/0,2340,en_2649_201185_1876671_1_1_1_1,00.html > Acesso em: maio 2006.

____. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies.** OCDE, 2006d. Disponível em: < http://www.oecd.org/document/28/0,2340,en_2649_15251491_35802524_1_1_1_1,00.html > Acesso em: maio 2006.

____. **Ratification of the Convention on the OECD.** OCDE, 2006e. Disponível em: < http://www.oecd.org/document/58/0,2340,en_2649_201185_1889402_1_1_1_1,00.html > Acesso em: maio 2006.

SAVÓIA, J. R. F. **The Social Security Reform on President Lula da Silva's Government.** Columbia University Brazil Seminar, nov. 2005 mimeo.

SERASA. Disponibiliza informações e material de orientação. SERASA, 2006. Disponível em: < <http://www.serasa.com.br/guia/conteudo.htm> > Acesso em: maio 2006.

SMITH, B. **OECD's Financial Education Project: improving financial literacy and capability.** Ottawa, jun. 2005. Apresentação preparada para o evento Canadians and their money: a national symposium on financial capability. Disponível em: < <http://policyresearch.gc.ca/doclib/FCAC/Session%205%20Barbara%20Smith.pdf> > Acesso em: maio 2006.